



DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Alex Reis dos Santos¹
Margarida Maria Teles²

Resumo

O presente artigo irá demonstrar os acontecimentos históricos da educação brasileira como se deu a evolução e o desenvolvimento da educação da pessoa com deficiência no Brasil, bem como seus problemas e o seu cunho assistencialista, buscando trazer fatos significativos de como da educação especial era aplicada e trabalhada. Refletir sobre as principais questões que a influência da Declaração de Salamanca influenciou no desenvolvimento da Educação Inclusiva como também no processo de acessibilidade da pessoa com deficiência, buscando trabalhar de forma inclusiva para se alcançar uma a educação de qualidade e para todos.

Abstract

This article shows the historical events of Brazilian education how was the evolution and development of the education of the disabled person in Brazil, as well as its problems and its paternalistic nature, trying to bring significant facts of how special education was applied and it worked. Reflecting on the key issues affecting the Salamanca Statement influenced the development of inclusive education as well as in the process of accessibility for disabled people seeking work in an inclusive way to achieve quality education for all.

Keywords: Special Education. Salamanca Statement. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo deseja contribuir e destacar as discussões e ações norteadoras para a prática da inclusão escolar no sistema de educação para todos, iniciaremos demonstrando o processo histórico da educação especial onde os indivíduos anormais (deficientes) eram tratados de forma segregativa e excludente. Demonstrar como se deu o início das classes especiais no Brasil e as tendências metodológicas que acabaram dando base para a construção das classes especiais no Brasil.

Iremos falar também sobre a evolução da educação inclusiva após a construção do

documento mundial da Declaração de Salamanca e como esse documento se estrutura para poder da uma base sólida para o processo de inclusão escolar e uma educação igualitária a todos os indivíduos da sociedade que se apresentem e se encontrem excluídos por situação de deficiência, social ou financeira.

Dentro deste documento as reflexões sobre as necessidades educacionais especiais dos indivíduos passaram a ser respeitada e a situação da acessibilidade começou a ser discutida para um melhor desenvolvimento social e educacional das pessoas com necessidades especiais e de todos os indivíduos desfavorecidos.

Este artigo foi construído a partir de um estudo sobre os documentos que asseguram os direitos de educação de qualidade para os indivíduos com necessidades educacionais especiais. O artigo teve como base de pesquisa um estudo bibliográfico da Declaração de Salamanca e de autores que defendem e pesquisam sobre as leis que asseguram o acesso e a permanência da pessoa com deficiência em todos os níveis e graus de ensino, teve como base também a leitura de outros artigos que discutem a situação atual bem como a história da educação dos deficientes no Brasil.

A educação especial no Brasil

Tendo conhecimento do processo histórico que os deficientes sofreram, já temos diversos fatores demonstrando que a educação especial, na maioria dos países, tem em um primeiro momento compartilhado de uma mesma situação de segregação e exclusão, os indivíduos são simplesmente ignorados, abandonados e muitas vezes até mesmo assassinados, devido a sua diferença do conceito de normalidade. Durante a idade média, a forma de tratamento desses indivíduos se modificava de acordo com as concepções de caridade ou de castigo, esses eram os tipos de tratamento que a sociedade dava a essas pessoas que acabavam sendo de uma forma ou de outra excluídas.

Durante o surgimento do capitalismo pode-se perceber o interesse da ciência, especificamente da medicina no que diz respeito à pessoa com deficiência. A partir disso, passa a existir uma certa preocupação com a educação e o processo de socialização desses indivíduos tido como anormal, como coloca FOUCAULT (2001) os anormais são os que fogia do padrão de normalidade de comportamento e de estrutura comportamental-social, o que não se enquadrava na normalidade da sociedade. No entanto esses interesses continuavam com uma ideologia de visão patológica do ser que apresentava deficiência, o que fazia a sociedade agir com desprezo com relação a essas pessoas.

Dessa forma podemos perceber que nada se fazia para modificar essa situação em todo o mundo. Com relação ao Brasil a educação especial apesar de ser pouca valorizada e não ter investimentos, foi ganhando um espaço significativo de forma lenta por meio das instituições que foram sendo fundadas e criadas em todo território brasileiro, apesar dessas instituições terem ações assistencialistas cumpriam sua função de auxiliar os desfavorecidos e desvalidos.

Dessa maneira a história da educação no Brasil, como coloca Ragonesi (1997), tem demonstrado um quadro diferente do que se foi proposto pela primeira constituição Brasileira em 1983, que anunciava a educação primária como obrigatória gratuita e extensiva a todos os cidadãos. Colocando em foco a educação especial no Brasil, tanto Bueno (1993) como Mendes (2001), apresentam como momento da educação especial a criação e implantação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, porém influenciados por conflitos políticos, sociais, entre outros, sofreram perdas e se deterioraram, por mais que tivessem aparência com os institutos europeus o seu cunho assistencialista não desenvolvia uma educação de fato, essa política de “favor” limitava o desenvolvimento da educação de acordo com Bueno (1993), enquanto os institutos brasileiros de educação especial cumpriam sua função de auxílio aos desvalidos, os parisienses mantinham como oficinas de trabalho.

Em um dos seus textos Mendes (2006) comenta que desde o século XVI a história da educação no Brasil vem sendo feita. Pedagogos e profissionais da saúde já trabalhavam acreditando na possibilidade de educar os indivíduos considerados incapazes e ineducáveis. Mas neste momento histórico os cuidados eram de cunho meramente assistencialista e eram desenvolvidos em asilos e manicômios. Quando se deu início ao pensar em uma educação diferenciada o tratamento de doentes mentais eram feitos dentro de clínicas psiquiátricas e os institutos tiravam e isolavam surdos e cegos de convívio com as outras pessoas fazendo assim uma exclusão social desses indivíduos que não precisavam de um isolamento.

Dessa forma podemos destacar que segundo Jannuzzi (1992), a forma de atendimento educacional especial para os deficientes era feito a partir de diferentes vertentes na educação especial no Brasil eram elas: médico-pedagógica e psicopedagógica.

A idealização da proposta médico-pedagógica se caracterizava pela preocupação eugênica e com a forma higienizadora da sociedade brasileira, sendo assim estimou-se a criação de escolas em hospitais e clínicas, dessa forma se construindo a tendência mais



segregativa da educação especial no Brasil.(MENDEZ,1995; DECHICHI, 2001).

Já o conceito do psicopedagógico era pesquisar um conceito mais coerente para a anormalidade e defendia a educação dos anormais. O seu trabalho se preocupava com o diagnóstico, levando em consideração as escalas métricas de inteligência em seu encaminhamento para o processo escolar em classes especiais. Os profissionais que seguiam essa corrente faziam uso de materiais pedagógicos e desenvolviam uma escala de inteligência para ser utilizada como identificadora de níveis de inteligência, esta corrente foi a mais aceita e aplicada e com isso foi à ferramenta fundamental para o processo de segregação, pois deram origem as salas especiais para deficientes mentais. (JANNUZZI, 1992; DECHICHI, 2001).

No período de 1874 começava o tratamento no hospital psiquiátrico da Bahia dessa forma, a educação especial foi tomando formas e se expandindo por todo Brasil, em 1903 foi criado na Bahia no Pavilhão Bourneville, no Hospital D. Pedro II que tratava de doentes mentais; em 1923 foi implantado o Pavilhão de Menores no Hospital do Juqueri e o Instituto Pestalozzi de Canoas, em 1927 (BUENO, 1993).

Durante os anos 30 e 40 a quantidade de instituições que atendia deficientes mentais teve um grande aumento em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. De acordo com Mendes (2001) no período de 1940 a 1959, houve uma grande expansão nos números de estabelecimento de ensino especial para deficientes mentais, eram em torno de 190 estabelecimentos, no final do ano de 1958 o Ministério da educação começa a prestar assistência técnico-financeira as secretarias de educação e institutos especializados que faziam atendimento educacional especial. Porém, a realidade do modelo de educação não tinha sofrido nenhuma modificação o sistema de exclusão e segregação ainda estava presente e servia como base de trabalho desses estabelecimentos educacionais especiais.

Em 1973 quando foi criado o Centro Nacional de educação Especial – CENESP, com parceria do Ministério da educação são implantados os primeiros cursos de capacitação para professores na área de Educação Especial com essa atitude do governo em 1985, foi criado um comitê para planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações na questão dos deficientes. Em 1986 é criada a Coordenadoria nacional de educação da Pessoa Portadora de Deficiência e em 1990 a Secretaria Nacional de Educação Básica começa a assumir a implementação da política de educação especial.

Como ponta pé inicial para uma nova visão de educação para pessoas com deficiência em 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a

UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes para a promoção da educação Inclusiva em todo o mundo foi intitulada a Declaração de Salamanca, que vai nortear caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

Declaração de Salamanca: o início de uma Educação Inclusiva

A partir de um segundo momento histórico esses indivíduos antes segregados e discriminados passam a ser reconhecidos como pessoas que necessitam de respeito e educação de qualidade, com isso observaram que depois da aplicação de algumas leis desenvolvidas e aceitas por países e entidades mundiais, essa situação se modifica ao passar do tempo.

No pensamento do processo de inclusão as políticas educacionais tem fundamento no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, tem como objetivo uma educação de qualidade para todo, sem discriminação de e respeitando acima de tudo as diferenças individuais e dessa forma garantindo não só o acesso a essa educação, mas também, a permanência desses indivíduos até a sua formação.

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta de elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais.

De acordo com a declaração os princípios por ela defendidos é que as escolas e seus projetos pedagógicos se adequem as necessidades dos indivíduos nela matriculados, de acordo com a Declaração de Salamanca (art. 11º, p 13) “ O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.

Desta forma, uma escola que segue os princípios da inclusão deve ter por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam

necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

Desta forma podemos perceber que a Declaração de Salamanca iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade, na opinião de MRECH (1998), a escola inclusiva é um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas. Na sua escrita a declaração se inicia com a seguinte ideia.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 5 - 6).

Com isso, uma escola que se intitula inclusiva, deve integrar-se a comunidade como também apresentar um bom padrão em prestação de serviço, criar em seus docentes um sério sentimento de colaboração e cooperação com a instituição. Sempre adotar uma pedagogia de corresponsabilidade entre profissionais nas diversas instâncias educativas, criando assim um sistema interdisciplinar que venha à favorecer a aprendizagem dos alunos envolvidos neste processo.

A escola também tem a necessidade de orientar suas atividades com um projeto pedagógico sistemático que se desenvolva à longo prazo, no qual seja trabalhadas diferentes formas de ensino, conteúdos e avaliações do processo de ensino-aprendizagem, especialmente com aquele aluno que apresente alguma necessidade educacional especial, porém isso não significa facilitação nem a negação da avaliação e sim, uma forma diferenciada, buscando valorizar os desenvolvimentos de aprendizagem obtido por este



aluno.

Uma escola que se caracteriza inclusiva os professores tem por obrigação conhecer a fundo as possibilidades e limitações dos seus alunos com necessidades educacionais especiais.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adoptada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 28).

Os professores desta instituição que desenvolve a inclusão devem interessa-se pelo o que seu aluno deseja aprender, acreditar nas suas potencialidades é um fator primordial para que eles se desenvolvam com garantia de aprendizagem, aceita-los como são, saber escuta-los e valorizar as suas produções, ajudam na independência deste aluno. Aplicar uma metodologia que venha a estimular a sua participação em sala de aula favorece a sua aprendizagem efetiva. Segundo Sasaki (2004, p 2)

Uma escola comum só se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais (não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas), em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão, conforme estabelecido no documento, 'A declaração de Salamanca e o Plano de Ação para Educação de Necessidades Especiais'.

Quando pensamos em um mundo inclusivo temos a ideia de que todas as pessoas têm as mesmas condições e oportunidades de ser ator principal do seu espetáculo de vida fazendo assim a sua participação na sociedade de forma participativa e ativa, onde se entenda que as relações individuais sejam estabelecidas a luz de uma igualdade de valores. Pensando dessa forma não é a pessoa que tem de se adequar ou adaptar-se a sociedade e aos meios educacionais, mas, sim, estas precisam ser preparadas e equipadas para receber estes indivíduos, estes alunos que necessitam de um atendimento especializado que supram as suas necessidades para que assim estas pessoas possam viver e estudar com dignidade e serem reconhecidas como cidadãos.

[...] inclusão estabelece que as diferenças humanas são normais, mas ao mesmo tempo reconhece que a escola atual tem provocado ou acentuado desigualdades associadas à existência de diferenças de origem pessoal, social, cultural e política, e é nesse sentido que ela prega a necessidade de reestruturação do sistema educacional para prover uma educação de qualidade a todas as crianças. (MENDES, 2002, p. 64)

Deste modo, não é viável perder a orientação dos objetivos formativos que devem orientar e nortear os trabalhos e os currículos escolares para que as escolas inclusivas não venham a fortalecer o estigma do insucesso na sua vida escolar. Orientado por essa óptica os alunos que tenham necessidades educacionais especiais nunca devem ser excluídos, segregados ou até mesmo protegidos.

Eles devem mesmo é conviver e estar presente juntamente com os alunos considerados normais que tenham a mesma idade mental ou cronológica, assim eles assumem as mesmas responsabilidades e os mesmos direitos dessa forma irão aprender a superar as dificuldades que sua deficiência os apresenta. Dessa maneira o aluno com necessidades educacionais especiais deve permanecer incluso a sociedade, da mesma maneira as escolas e profissionais da educação devem trabalhar com uma pedagogia condizente com a proposta da Declaração de Salamanca.

Para assim termos uma sociedade mais humana, que possa se preocupar com seu próximo e que aprenda a respeitar as diferenças independentemente de etnias, religião, cultura, deficiência entre outras necessidades que possam a vim provocar qualquer atitude de exclusão de algum indivíduo, para Fonseca (2003, p. 100), a grande vantagem de se desenvolver uma educação inclusiva são as seguintes:

[...] em termos 'sociais' (a sociedade é mais humana se for mais inclusiva), em termos educativos' (a escola inclusiva responde melhor às exigências dos seus 'clientes') e em termos económicos', os recursos e equipamentos são distribuídos de forma mais sustentada e equitativa a toda a população, podendo garantir, por via de uma engenharia financeira mais adequada, melhor qualidade e mais abrangência social do sistema educativo.

Uma sociedade que adota tais quesitos se torna uma sociedade mais inclusiva e garante para seus cidadãos uma vida mais rica em oportunidades e direitos, a Declaração de Salamanca, nos mostra que existem formas de se ter sucesso em uma educação inclusiva e igualitária só cabe aos governantes assumirem os compromissos propostos e os

resultados irão surgir naturalmente.

Porém no Brasil, as leis são muito bem escritas e organizadas, mas quando chegamos à prática a situação se modifica sendo assim as aplicações dessas leis passam a ser questionadas e se percebe que sua aplicabilidade não condiz com a legislação vigente. Assegurar esses direitos torna-se dever do governo brasileiro atingindo desta forma, uma educação de qualidade para todos.

CONCLUSÃO

Observando a escrita do documento da Declaração de Salamanca, podemos perceber uma visão de inclusão que nos revela uma situação mais ampla e não de uma minoria, o processo de inclusão citado pela declaração nos demonstra uma inclusão social que atinge a todos e não somente aos deficientes e isso é uma situação que tem de ser compreendida por todos. Entender que a inclusão não é somente para o deficiente mas, para todas as pessoas que se encontrem em situações desfavorecidas educacionalmente, socialmente e financeiramente.

A ideia da educação especial apesar de ter uma base segregativa e excludente, teve seu lado positivo, quando forçou a sociedade a perceber os indivíduos com deficiência de uma forma diferente, de pensar e desenvolver uma metodologia ou mesmo uma pedagogia que viesse a tentar suprir essas necessidade educacional especial, com tudo a forma como ela foi desenvolvida feria os direitos a uma educação de qualidade como era citado nos direitos humanos.

Diante do exposto, se o Brasil assegurasse realmente tudo que se apresenta escrito na lei, teríamos um país realmente inclusivo, uma nação que se preocuparia com a situação social dos indivíduos, sendo necessário ainda, que tenhamos a convicção que não se transforma atitudes da noite para o dia, sejam elas individuais ou coletivas, levando em conta toda a nossa história de exclusão e preconceito. Porém isso também não inviabiliza uma mudança atitudinal e a Declaração de Salamanca é um documento norteador para que essas modificações sejam alcançadas e trabalhadas no processo de inclusão e que uma educação para todos aconteça de fato.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Lei 5.692, de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e da outras providencias. **Diário Oficial da República federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 de ago. 1971.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de dez. 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do alunodiferente**. São Paulo: Educ, 1993.

_____, J. G. S. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. *Revista Temas sobre Desenvolvimento*, v. 9, n. 54, p. 21-27, jan./fev. 2001.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. Tese (Doutorado em Psicologia Educacional). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1ª ed. Biblioteca da Pesquisa.

FONSECA, V. **Tendências futuras da educação inclusiva**. *Revista Educação*, Porto Alegre, ano XXVI, n. 49, p. 99-113, mar. 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANTOAN, M. T. E. et al. **A interação de pessoas com deficiências**. São Paulo: Menmon Editora, 1997.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

_____. E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES. 2002

_____. E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 11 Mar. 2007

NUNES, C. CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. Cadernos da ANPED, Porto Alegre: n. 5 p. 7-64, set. 1993.

RAGONESI, M. E. M. M. **Psicologia escolar**: pensamento crítico e práticas profissionais. 1997. 48p. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SASSAKI, R. K. **As escolas inclusivas na opinião mundial**. Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13> . Acesso em: 20 Ago. 2012.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1998.